



Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu*
Especialização em EJA
Campus Nilópolis

Elaine de Araújo Guimarães

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA FREIREANA

Nilópolis/RJ
Março/2018

Elaine de Araújo Guimarães

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA FREIREANA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - Campus Nilópolis, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Especialista em Educação de Jovens e Adultos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Claudia de Souza Teixeira

Nilópolis/RJ
Março/2018

Dedico este trabalho ao meu esposo, Paulo, e aos meus filhos, sendo grata a Deus por me confiar essa família abençoada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela permissão deste momento, por me dar a força de que precisei para prosseguir. A Ele toda honra e toda glória.

Ao meu esposo, Paulo, pela compreensão e amor.

Aos meus amados filhos, Pedro e Paulo, que, sempre com sorrisos e abraços, deixam meus dias mais alegres e completos.

Aos meus pais, Darcy e Jenira, que sempre me auxiliaram e me incentivaram na busca por meus sonhos, ensinando-me que para Deus nada é impossível.

Aos meus irmãos, Andreia e Jackson, pelas orações, motivação e estímulos constantes.

À minha orientadora, professora Doutora Claudia de Souza Teixeira, pela condução da orientação.

Ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), pela oportunidade de complementar minha formação acadêmica.

A todos os professores da especialização em EJA, por terem contribuído para a minha formação e enriquecido meus conhecimentos.

À minha querida amiga Maria Claudia Santos Souza, pela parceria nos estudos e pelo companheirismo nos momentos de angústia.

Aos meus colegas de turma, pois juntos compartilhamos conhecimentos, momentos alegres e tensos.

Por fim, meu muito obrigada a todos que me ajudaram nesta caminhada!

"A educação não transforma o mundo.
Educação muda pessoas. Pessoas
transformam o mundo."

(Paulo Freire)

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA FREIREANA

Elaine de Araújo Guimarães

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cláudia de Souza Teixeira

RESUMO: Este trabalho, bibliográfico e documental, objetiva evidenciar algumas ideias de Paulo Freire sobre educação, principalmente, sua metodologia para alfabetização de jovens e adultos. Para tanto, foram consultadas publicações de Freire (1980, 1987, 2000), Gadotti (1996), Lima (1965), entre outros. Além disso, foram analisados documentos como a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB n. 9.394* (BRASIL, 1996), o *Decreto nº 2.208/97* (BRASIL, 1997), o *Parecer CEB 11/2000* (BRASIL, 2000a) e a *Resolução CNE/CEB Nº1/ 2000* (BRASIL 2000b), que legitimaram a educação de jovens e adultos (EJA) e oficializaram a obrigatoriedade da sua oferta. Também foi apresentado, com base em Tufani (2016), Traversini (2003), Ventura (s.d.), Rummert e Ventura (2007), Madeira (1997), Machado (s.d), Beluzo e Toniosso (2015), um breve histórico das ações federais para alfabetização de jovens e adultos, desde a Campanha Nacional de Alfabetização, organizada por Freire, até o Programa Brasil Alfabetizado.

Palavras-chave: Educação; Alfabetização; Educação de Jovens e Adultos; Paulo Freire.

ABSTRACT: This bibliographical and documental work aim to evidence some Paulo Freire's ideas about education, especially his methodology to literate young people and adults. In order to reach this objective, Freire's (1980, 1987, 2000), Gadotti's (1996) and Lima's (1965) works, among others, were consulted. In addition, some documents such as the *Law of Guidelines and Bases of National Education n. 9.394* (BRASIL, 1996), the *Decree n. 2.208 / 97* (BRASIL, 1997), the *CEB Legal Opinion 11/2000* (BRASIL, 2000a) and the *CNE/ CEB Resolution n. 1/2000* (BRASIL, 2000b), which legitimized the young people's and adults' education and made its offer official, were analyzed. It was also presented, based on Tufani (2016), Traversini (2003), Ventura (s.d.), Rummert e Ventura (2007), Madeira (1997), Machado (s.d), Beluzo e Toniosso (2015), a brief history of federal actions to young people's and adults' literacy, from the National Literacy Campaign, organized by Freire, to the Literate Brazil Program.

Keywords: Education; Literacy; Young People's and Adults' Education; Paulo Freire.

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende mostrar algumas ideias de Paulo Freire sobre a educação de jovens e adultos, em especial, sua metodologia para alfabetização desses alunos. Dessa forma, acaba evidenciando a contribuição desse importante e conhecido educador para a EJA (educação de jovens e adultos).

Esta pesquisa é relevante porque contribui para o entendimento de que a perspectiva freireana expõe uma prática coletiva e participativa caracterizada pelo olhar diferenciado do professor, que deve desenvolver, em suas aulas, situações problemas que se relacionam com as vivências e a realidade dos educandos.

Freire entendia a dialogicidade como o principal instrumento para provocar a conscientização dos indivíduos envolvidos no processo de alfabetização. Sua prática de ensino visava a uma escola democrática, conscientizadora, que oportunizava aos sujeitos participantes o desenvolvimento de uma consciência crítica e libertadora, a partir do momento que entendiam, durante o seu processo da construção de conhecimento, o seu papel na sociedade.

De acordo com Freire, para quem a educação deveria ser problematizadora, ler e escrever é, de certa forma, transformar o mundo, vivenciando a realidade que nos envolve (FREIRE, 2000). Ele promovia a alfabetização a partir do conhecimento dos alunos e fazia desse processo de aprendizagem uma conscientização político-social.

Este trabalho evidencia como a alfabetização na EJA, sob a percepção freireana, diferencia-se de posturas tradicionais e quais elementos são mobilizados durante o aprendizado dos jovens e adultos.

Segundo Freire (1980), a técnica de alfabetização de adultos deveria decorrer de uma substituição dos elementos percebidos na realidade por elementos simbólicos figurados e posteriormente verbalizados e escritos. A percepção freireana era a de que a alfabetização deveria nascer de um mundo interno já compreendido do alfabetizando, um mundo psicossociológico já existente.

As concepções do educador trouxeram à tona uma questão importante em relação à educação: sua finalidade participativa na vida e no desenvolvimento da sociedade. Sua visão sobre a educação de jovens e adultos considerava uma abordagem sistêmica da hegemonia ideológico-política. Freire abrangeu, em sua obra, vários aspectos culturais como artefatos de organização e consciência crítica e política.

A pedagogia humana e libertadora, para ele, possui dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão revelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis; o segundo, em que, transformada a realidade opressiva, essa pedagogia deixa de ser a do oprimido e passa a ser a dos homens em processo de permanente libertação (FREIRE, 1987).

A EJA tem, em seu contexto, a diversidade. Além das diferenças socioeconômicas, étnicas, etárias, de gêneros, etc., podem ser citados também os diferentes ambientes de aprendizagem, como escolas itinerantes, educação à distância, movimentos sociais, quilombolas, sistemas prisionais, igrejas, etc. Mas, como aspecto comum, pode-se destacar que a grande maioria dos alunos da EJA são trabalhadores que buscam melhorar sua condição de vida através do conhecimento. Para Ventura, o aluno da EJA possui um perfil particular, por pertencer, em grande parte, à classe trabalhadora:

Ao fazermos referência [...] a uma educação da classe trabalhadora nos referimos à expressiva parcela de indivíduos que, mesmo possuindo as mais diversas e diferentes experiências de vida (mulheres, negros, homossexuais, jovens etc.), têm a existência marcada por situações adversas de produção da própria existência, sujeitando-se à venda em condições cada vez mais aviltantes e precárias de sua força de trabalho. (VENTURA, s.d. p. 10)

Sabe-se que jovens e adultos, devido principalmente às situações adversas mencionadas na citação anterior, encontram muitas dificuldades para continuar seus estudos após a idade escolar ideal preconizada pelo Estado. Entender essas dificuldades poderá ajudar a criar estratégias para trazê-los de volta à escola.

Garantindo-se que o indivíduo tenha uma educação de qualidade, é possível ajudar no seu desenvolvimento como cidadão. De acordo com Marques e Rúbio (2012), o analfabeto tem os seus direitos mais fundamentais negados, e as políticas sociais, juntamente com programas educacionais, precisam colaborar para a diminuição do analfabetismo no Brasil. Entende-se que, através do domínio da leitura e da escrita, criam-se maiores possibilidades de aquisição de conhecimentos, de avanços progressivos e contínuos.

Com base nessas concepções, neste trabalho, também são mostrados alguns dos principais projetos e programas instituídos pelo governo federal, para a alfabetização de jovens e adultos, a partir da década de 60, iniciando com a Campanha Nacional de Alfabetização organizada por Freire no governo do presidente João Goulart, até o Programa Brasil Alfabetizado, ainda em curso e cujas diretrizes estão teoricamente pautadas na formação cidadã.

A pesquisa, de base bibliográfica e documental, foi, inicialmente, realizada cotejando-se publicações de autores que registraram as ideias de Paulo Freire e a sua trajetória metodológica na alfabetização de jovens e adultos; por exemplo, Gadotti (1996) e Lima (1965), assim como as do próprio Freire (1987, 1989, 2000). Também foi feita a análise de documentos oficiais que definiram a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino de jovens e adultos no Brasil, como exemplo, a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB* n. 9394 (BRASIL, 1996), o *Decreto nº 2.208/ 97* (BRASIL, 1997), o *Parecer CEB 11/2000* (BRASIL, 2000a) e a *Resolução CNE/CEB Nº1/ 2000* (BRASIL 2000b). Para a elaboração do breve histórico das ações federais de alfabetização de jovens e adultos, foram consultados os trabalhos de Tufani (2016), Traversini (2003), Ventura (s.d.), Rummert e Ventura (2007), Madeira (1997), Machado (s.d), Beluzo e Toniosso (2015).

PAULO FREIRE, O EDUCADOR, E SEU LEGADO

“Para a concepção crítica, o analfabetismo nem é uma ‘chaga’, nem uma ‘erva daninha’ a ser erradicada [...], mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta.” (Paulo Freire)

Paulo Reglus Neves Freire nasceu, no dia 19 de setembro de 1921, em Recife, Pernambuco. Sua contribuição para a educação é conhecida pela maioria dos envolvidos com essa área e é tema de muitas pesquisas.

Ainda que, em sua época, alguns pudessem discordar de sua obra, ele permanecia transparente: falava do que acreditava. Sua importância é inquestionável e seu legado é um verdadeiro tesouro para atuais e futuros docentes (GADOTTI, 1996).

Freire foi um educador à frente de seu tempo. Devido à sua obra e atuação no meio educacional e político, conquistou reconhecimento internacional. Foi através de suas reflexões e dos resultados da alfabetização de jovens e adultos trabalhadores rurais, em Pernambuco, na cidade de Angicos, que seu método revolucionário ficou conhecido. Sua teoria, que nasceu nos idos dos anos 50, foi ganhando o mundo, cruzou fronteiras e foi utilizada em outros lugares, como Chile e alguns países africanos onde esteve, durante o exílio, na década de 1970 (*Ibidem*).

A metodologia de ensino criada por Freire chamou a atenção de políticos e educadores pela rapidez com que ocorria a alfabetização de adultos. Ele não utilizava os

métodos até então aplicados para todos, inclusive para crianças. Criara uma forma de alfabetizar especificamente adultos e que funcionava de forma acelerada. Sua didática era voltada para trabalhar palavras que pertenciam ao cotidiano dos alunos. Chamou-as de “palavras geradoras”. Através dessas palavras, propunha situações problemas que faziam os educandos refletir sobre a realidade e descobrir outras palavras (*Ibidem*). Freire explica como elaborou seu método de alfabetização:

No Brasil, quando pensava nas possibilidades de desenvolver um método com o qual fosse possível para os analfabetos aprender facilmente a ler e escrever, percebi que a melhor maneira não era desafiar o espírito crítico, a consciência do homem, mas (e é muito interessante ver como mudei) procurar introduzir, na consciência das pessoas, alguns símbolos associados a palavras. E, em um segundo momento, desafiá-las criticamente para redescobrir a associação entre certos símbolos e as palavras, e assim apreendê-las. (FREIRE, 1980, p.26)

Segundo Lima (1965), a técnica da alfabetização começava com a pesquisa do ‘universo vocabular’ do grupo de aprendentes, significando que havia uma consideração pela realidade vivencial da comunidade em que o trabalho de alfabetização se inseria.

Nesse universo captado, atribui-se uma aplicabilidade a cada vocábulo e se constrói uma amostra, que compõe o grupo de palavras geradoras, ou seja, fonte de motivação para atividades dos Círculos de Cultura.

O Círculo de Cultura idealizado por Freire tem uma configuração física, pois é formado por um grupo de pessoas que se sentam em volta de um educador; e uma pedagógica, pois se compõe de educador e alunos. Nesse Círculo, o educador traz um assunto e incentiva os alunos a falarem sobre a ótica de conscientização sócio-política; o que os leva a discutir temas que fazem parte de seu cotidiano. O diálogo é fundamental, e a tarefa do educador é “a de coordenar, jamais influir ou impor” (FREIRE, 2000, p.11). É um momento de aprender, mas também de ensinar.

O Círculo de Cultura tem três momentos, a saber: a) a investigação temática – os componentes buscam palavras do seu meio social e do cotidiano; b) a tematização – estas são codificadas e decodificadas. Os temas gerados são discutidos com base em seu significado político-social, conscientizando-se os alunos sobre o mundo que os cerca; c) a problematização – todos são incentivados a superar a forma como veem o problema e a passar a olhar aquele problema de forma crítica, buscando transformar o contexto em que vivem (FREIRE, 2000).

Os temas discutidos tornam-se elementos multiplicadores para formação de novas palavras no processo de alfabetização. Esse método coloca em jogo a mensagem e o decodificador, inserindo-se, então, na perspectiva da teoria da comunicação. Constitui-se o método em encontrar uma “chave aprendida”, palavra geradora que dará origem às novas palavras (LIMA, 1965).

Conforme Freire (1987), quando o desenvolvimento da aprendizagem ocorre levando-se em consideração a “cultura” do aluno, respeitando-se seu conhecimento prévio, surge a comunicação, o diálogo, acontecendo uma troca de saberes. Segundo o autor, “No círculo de cultura, a rigor, não se ensina, aprende-se em ‘reciprocidade de consciências’; [...] que tem por função dar as informações solicitadas pelos respectivos participantes e propiciar condições favoráveis à dinâmica do grupo.” (FREIRE, 1987, p.12).

O ensino, na perspectiva do educador Freire, requer um comportamento novo do aluno. Este não mais é passivo diante do saber, e não se geram respostas automatizadas. O educando deve ter uma postura ativa de decodificação e de codificação de novas palavras. Essa postura, segundo Freire (1987), está de acordo com a vivência do adulto, com o tipo de atividade psicológica da maturidade, tendente à operacionalização, e se distingue da atividade mental da criança, que está mais adaptada à repetição e ao automatismo das respostas. A alfabetização, nessa perspectiva, exige também do professor um papel diferente do tradicional. Neste, o professor é detentor do saber, e ao aluno resta escutar e repetir o que supostamente aprendeu. A essa concepção, Freire chamou de educação bancária:

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro. (FREIRE, 1987, p. 33)

No trabalho pedagógico de Freire, a alfabetização é mais que decifrar código: trata-se da conscientização do aluno de sua condição de oprimido diante de uma política opressora, que não lhe permite atuar como cidadão, com plenos direitos e deveres. Essa consciência, segundo Freire, deveria brotar na sala de aula, diante de uma proposta educadora que fizesse muito mais que ensinar a decorar as letras do alfabeto. Ela deveria levar os alunos a questionarem a condição em que viveram até então e fazê-los compreender a importância do meio onde estão inseridos, através do conhecimento, num processo de libertação de um regime opressor. Para Freire, conscientizar politicamente o aluno é um compromisso do educador:

Para que a alfabetização não seja puramente mecânica e assunto só de memória, é preciso conduzir os adultos a conscientizar-se primeiro, para que logo se alfabetizem a si mesmos. Consequentemente, este método – na medida em que ajuda o homem a aprofundar a consciência de sua problemática e de sua condição de pessoa e, portanto, de sujeito – converte-se para ele em caminho de opção. Neste momento, o homem se politizará a si mesmo. (FREIRE, 1980, p. 26)

Devido à divulgação da sua experiência com a alfabetização de adultos, em Angicos, Freire foi chamado pelo governo João Goulart para organizar uma Campanha Nacional de Alfabetização. Porém, logo após, com o golpe militar de 64, Freire foi exilado.

Os pensamentos de Freire foram considerados revolucionários e perigosos para os comandantes militares que deram, no Brasil, o “golpe”. Ele ficou preso durante 72 dias e, depois, “foi convidado” a sair do país. Foi para o Chile. Lá pôde desenvolver, durante os cinco anos seguintes, programas educacionais voltados para jovens e adultos. Esses programas foram desenvolvidos no Instituto Chileno para Reforma Agrária (ICIRA).

Foi no Chile que Freire pôde encontrar um solo fértil para desenvolver a sua metodologia. O país proporcionou-lhe um espaço social, educativo e político favorável e muito dinâmico, dando-lhe a oportunidade de desenvolver seu método em outro contexto, podendo, assim, avaliá-lo e reestruturá-lo, colocando-o em prática e sistematizando-o teoricamente. Nessa época, Freire escreveu um de seus mais famosos livros: *Pedagogia do Oprimido*, que já foi publicado em mais de vinte países e está atualmente na 50ª edição no Brasil.

Essa experiência trouxe uma nova visão sobre a alfabetização de jovens e adultos, ou seja, para pessoas que trazem consigo uma leitura do mundo em que estão inseridos, mas não conseguem decodificar os símbolos.

Freire via cada aluno com sua particularidade, cada um com sua história de vida. Trazia então essa experiência para a alfabetização. Entendia que a maneira de ensinar o adulto é diferente daquela de ensinar a criança. No livro *A importância do ato de ler*, Freire narra o relato de uma camponesa sobre sua vontade de aprender a ler:

Quero aprender a ler e a escrever, disse, certa vez, camponesa de Pernambuco, para deixar de ser sombra dos outros. É fácil perceber a força poética se alongando em força política de que seu discurso se infundiu com a metáfora de que se serviu. Sombra dos outros. No fundo, estava cansada da dependência, da falta de autonomia de seu ser oprimido e negado. (FREIRE, 2000, p. 88)

Na concepção do autor, o indivíduo deseja saber para estar mais bem inserido no contexto social. No entanto, segundo ele, “Ler e escrever a palavra só nos faz deixar de ser

sombra dos outros quando, em relação dialética com a ‘leitura do mundo’, tem que ver com o que chamo à ‘reescrita’ do mundo, quer dizer, com sua transformação.” (FREIRE, 2000, p. 88).

No final da década de 80, de volta ao Brasil, Freire foi convidado a ser Secretário de Educação de São Paulo. Foi nessa atuação que o educador pôs em prática suas reflexões sobre a reestruturação curricular e sua visão de interdisciplinaridade. Defendeu que era preciso uma postura diferente do docente que trabalha na EJA. Este deveria ter uma formação crítica e buscar um trabalho de integração com o universo do aluno para que pudesse proporcionar uma educação para liberdade.

Freire lançou também um intenso programa para formação de professores, dando partida para um grande movimento de alfabetização, expandindo cursos de ensino noturno e supletivos, juntamente com movimentos populares e sociais. Criou o Projeto MOVA-SP (Movimento de Alfabetização da Cidade de São Paulo).

O Programa MOVA-SP foi lançado no dia 29 de outubro de 1989, na Câmara Municipal de São Paulo, contando com a participação massiva de movimentos populares da capital paulista (GADOTTI, 2008). Foi idealizado por Freire e sua equipe da Secretaria de Educação da Prefeitura de São Paulo e instituído pelo governo de Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores, eleita prefeita de São Paulo em 1989. O governo de Erundina tinha, como uma das suas prioridades, uma maior participação dos movimentos populares e projetos para a educação de jovens e adultos. O programa tinha como objetivos:

- 1º – Desenvolver um processo de alfabetização que possibilitasse aos educandos uma leitura crítica da realidade;
- 2º – Através do Movimento de Alfabetização, contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica dos educandos e dos educadores envolvidos;
- 3º – Reforçar o incentivo à participação popular e à luta pelos direitos sociais do cidadão, ressaltando o direito básico à educação pública e popular;
- 4º – Reforçar e ampliar o trabalho dos grupos populares que já trabalhassem com alfabetização de adultos na periferia da cidade. (GADOTTI, 2008, p. 55)

O programa MOVA trazia, como sua grande meta, trabalhar para erradicação do analfabetismo de jovens e adultos, propondo não só alfabetizar, mas fornecer a continuação do estudo no ensino fundamental (GADOTTI, 2008).

A formação dos profissionais que trabalhavam no MOVA também tinha uma configuração idealizada pelos seus organizadores. Segundo Gadotti:

A maioria dos professores do MOVA-SP pertencia à própria comunidade onde atuavam. Eles estavam comprometidos com as lutas que aí se desenvolviam e eram capacitados por meio de cursos de formação promovidos pela secretaria.

Já os supervisores do programa eram escolhidos dentre os professores que recebiam formação científica. (GADOTTI, 2008, p. 58)

Freire procurava indicar caminhos que levasse a educação popular à esfera mundial. Ele assim afirmou em 1990, Ano Internacional da Alfabetização: “Acho que seria importante, durante todo o trabalho do Ano Internacional da Alfabetização, insistir e lutarmos para que este grande esforço tenha continuidade no tempo e na luta pela construção de uma educação pública e popular.” (FREIRE, 2000, p. 70).

O MOVA foi extinto em 1993 com a entrada de uma nova administração na prefeitura de São Paulo, alegando-se que “os valores deles – administração do Partido dos Trabalhadores (PT) – não são os valores que nós queremos para a educação dos alunos.” (GADOTTI 2008, p. 64).¹

Três anos depois, a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei 9.394/96* (BRASIL, 1996), foi sancionada, tratando, no capítulo II, seção V, da Educação de Jovens e Adultos. A *Lei* trouxe visibilidade para a EJA, que ganhou status de política pública, passando a ser responsabilidade do governo brasileiro a sua manutenção e investimento. A Lei 9.394/96 preconiza:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (BRASIL, 1996)

Mesmo a EJA estando legalmente garantida e regulamentada pela *Constituição*² (BRASIL, 1988), pela *LDB n. 9.394* (BRASIL, 1996) e pela *Resolução CNE/CEB nº 1*, de 05 de julho de 2000³ (BRASIL, 2000), ainda é um desafio muito grande o fim do analfabetismo de jovens e adultos no Brasil. Esses marcos legais contemplam o aluno da EJA, tomando como objetivo fundamental oportunizar uma educação de qualidade. É

¹Declaração do Secretário de Educação do Governo de São Paulo, Fernando Gomes de Moraes, ao jornal *Folha de São Paulo*, publicada em 20 de maio de 1993.

² A *Constituição* (BRASIL, 1988) determina que a educação é um direito de todos, especificando a gratuidade e a obrigatoriedade da EJA no art. 208, item I: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I- ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.”

³ Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos.

necessário, no entanto, na prática, estabelecer, com esse aluno, uma relação que reconheça suas especificidades e o seu tempo de aprendizagem, para, assim, poder instrumentá-lo para o pleno exercício de sua cidadania.

De acordo com a *Resolução CNE/CEB nº 1*, de 05 de julho de 2000 (BRASIL, 2000b), a EJA é considerada uma modalidade com uma identidade própria e voltada para uma população diferenciada. Sendo assim, deverá adotar um modelo próprio:

Art. 5º Os componentes curriculares consequentes ao modelo pedagógico próprio da educação de jovens e adultos e expressos nas propostas pedagógicas das unidades educacionais obedecerão aos princípios, aos objetivos e às diretrizes curriculares tais como formulados no Parecer CNE/CEB 11/2000, que acompanha a presente Resolução, nos pareceres CNE/CEB 4/98, CNE/CEB 15/98 e CNE/CEB 16/99, suas respectivas resoluções e as orientações próprias dos sistemas de ensino.

Parágrafo único. Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio [...]. (BRASIL, 2000)

Apesar de os direitos dos jovens e adultos à educação estarem garantidos em documentos oficiais, que estabelecem a democratização de ensino e a ação equalizadora como funções da EJA, estas continuam sendo um desafio para educadores. Pode-se entender que esses documentos abrem a possibilidade, para o aluno da EJA, de uma nova perspectiva de melhoria na qualidade de vida e de maior participação social que precisam ser efetivadas.

PROGRAMAS E PROJETOS DE ALFABETIZAÇÃO FEDERAIS E A PEDAGOGIA FREIREANA

Em 1968, o governo militar criou um substituto para as ações de alfabetização organizadas por Freire no governo de João Goulart: o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Apesar de também adotar o trabalho com palavras geradoras, o MOBRAL diferia do projeto freireano em alguns aspectos essenciais. Utilizava-se do método das fichas de leitura, mas não considerava o conhecimento prévio do aluno e nem promovia a conscientização política, tão defendida por Freire (BELUZO e TONIOSSO, 2015)

Os professores eram pessoas da comunidade, com um pouco mais de conhecimento que os alunos, que não dominavam técnicas de alfabetização e nem tinham conhecimento

didático. O uso da cartilha padronizada para todo o território nacional era o principal material didático, desconsiderando-se as diferenças regionais e culturais.

A falta de eficiência do MOBREAL foi constatada pelo próprio órgão em 1985, conforme assinala Christofolletti: “Em quinze anos de existência, o Mobral atendeu 40 milhões de pessoas; receberam certificado 15 milhões, mas, como admitia o próprio órgão em 85, apenas 1,5 milhões de pessoas podiam ser consideradas alfabetizadas.” (CHRISTOFOLETTI,1997, p. 19).

Com a saída do governo militar, o MOBREAL foi substituído, em 1985, pelo Projeto Fundação EDUCAR. A alfabetização de jovens e adultos passa a ser, então, de responsabilidade das prefeituras, que devem trabalhar em parceria com os movimentos sociais organizados e a sociedade civil. O Projeto pretendia erradicar ou reduzir significativamente o analfabetismo, por meio da inserção da população analfabeta nas redes oficiais de ensino. De acordo com Christofolletti (*Ibidem*), o Projeto adotou a metodologia de alfabetização de Paulo Freire e a estratégia de descentralização do poder decisório das ações para a educação de jovens e adultos.

Para Beluzo e Toniosso (2015), o Educar diferenciava-se do Mobral pelas reformulações nos métodos de ação. De acordo com Niskier (1989)⁴, citado em Beluzo e Toniosso, o Educar primou por “[...] metodologias alternativas e mais modernas, requalificando o corpo docente, dignificando a sua formação, reforçando as estruturas municipais, resgatando a sua função educativa e valorizando o magistério.” (NISKIER, 1989, p. 482-483, citado em BELUZO; TENIOSSO, 2015, p. 203-204).

No entanto, em 1990, no governo de Fernando Collor de Mello – primeiro presidente eleito após a ditadura –, a Fundação Educar foi extinta. Por meio do *Decreto nº 99. 519* (BRASIL, 1990), foi instituído o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC). Esse Programa tinha as seguintes finalidades:

I - oferecer sugestões com vistas à formulação de diretrizes para a concepção da Política e do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania; II - identificar iniciativas e projetos de alfabetização, em curso, visando à articulação das ações neles contidas; III - propor critérios para alocação de recursos públicos para os planos e projetos de alfabetização de entidades públicas e privadas integradas ao Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania; IV - aprovar o regulamento de concessão do Diploma do Mérito Nacional de Alfabetização. (BRASIL, 1990)

⁴ NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de história, 1500-2000*. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

Madeira (1992), ao discorrer sobre o PNAC, afirma que este tinha como objetivo diminuir o analfabetismo em 70% dentro de cinco anos e universalizar o ensino fundamental. O Programa propunha também “[...] marcar a participação do Brasil, no Ano Internacional da Alfabetização, proclamado pela Assembleia Geral da ONU.” (*Ibidem*, p. 56).

Entretanto, segundo Machado (s.d.), vários recursos foram liberados para instituições, que, muitas vezes, não tinham preocupação com a alfabetização. Interesses políticos levaram o governo à criação de programas que não beneficiavam diretamente a população analfabeta. Assim, segundo a autora, o PNAC foi caracterizado por muita propaganda e caráter demagógico.

Após o “impeachment” de Collor, o seu vice-presidente, Itamar Franco, assumiu a presidência da república. Em seu governo, foi promovida uma discussão para implantação de uma programa sistemático não apenas para alfabetização, mas para garantia do ensino fundamental de jovens e adultos. Desse esforço, nasceu, em 1994, as Diretrizes para uma Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos (MACHADO, s.d). Deve-se lembrar que, em 1996, foi promulgada a *LDB 9.394* (BRASIL, 1996), que garantiu a oferta obrigatória da EJA.

Em janeiro de 1997, a equipe do Ministério da Educação do governo de Fernando Henrique Cardoso – sucessor de Itamar Franco –, manteve o caráter de descontinuidade da política educacional e criou o Programa de Alfabetização Solidária (PAS), com o objetivo de reduzir os índices de analfabetismos entre jovens e adultos, principalmente na faixa etária de 12 a 18 anos, e promover a oferta pública de EJA.

Segundo Traversini (2003), os alfabetizadores do PAS promoviam a aprendizagem de palavras-chave; partiam das experiências de vida de educandos e educadores; apesar de usarem cartilhas e livros distribuídos pelo MEC, adaptavam os textos à realidade dos alfabetizandos; desenvolviam atividades de produção de textos que serviam para discutir questões consideradas importante para a comunidade. Portanto, pode-se afirmar que havia pontos em comum entre o PAS e as ideias de Paulo Freire.

Porém o Programa apresentava falhas marcantes, como alfabetização por módulos; parcerias com empresas e instituições (configurando-se uma “terceirização” do dever do estado de promover a educação); rotatividade de alfabetizadores – normalmente leigos, sem formação acadêmica pedagógica –, que mudavam a cada 6 meses; atraso nos pagamentos dos profissionais, entre outros.

Em 2003, no primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o PAS é substituído pelo Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que está em funcionamento até hoje. Segundo o *site* do MEC (BRASIL, s.d):

O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos.

O PBA tem, como objetivo, erradicar o analfabetismo no Brasil entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos (BRASIL, s. d.). As diretrizes e os documentos pertinentes a esse projeto têm como fundamentação o “acesso e permanência desses jovens e adultos nos processos educativos” (BRASIL, 2011, p. 7).

A fundamentação do PBA parece, em teoria, retomar os princípios de Freire, uma vez que visa à alfabetização considerando a dialocidade, o conhecimento de mundo dos alunos, assim como possibilita ao público da EJA “aprendizagem significativas, compreendendo a escrita como patrimônio sociocultural e o processo de alfabetização em estreita relação com a vida dos sujeitos” (BRASIL, 2011, p. 9). Portanto:

Desta forma o processo de alfabetização deverá contemplar: a escrita da língua portuguesa e a matemática a partir de uma abordagem que considere as relações das práticas cotidianas vivenciadas nos diversos contextos sociais; as práticas de leitura considerando diferentes linguagens, valorizando aspectos relacionados à diversidade cultural e ao mundo do trabalho, garantindo a apropriação de conhecimentos e direitos que contribuam para o exercício da cidadania. (BRASIL, 2011, p. 9)

Tufani afirma que o PBA é "provavelmente, umas das maiores iniciativas de alfabetização de jovens e adultos no mundo" (TUFANI, 2016, p. 1). O Programa é assim descrito por ela:

O PBA tem por objetivo proporcionar aos jovens e adultos que não tiveram acesso à escola na idade estipulada por lei uma chance para aprender a ler e a escrever. Nesse sentido, o Programa pode ser visto como uma tentativa do governo em mitigar deficiências de um sistema de ensino desigual que afetou, negativamente, as camadas mais pobres da população no passado e que ainda continua a afetá-las no presente. O Programa é estruturado em um curso de 8 meses, com 320 horas de aulas. (TUFANI, 2016, p. 1)

Embora esse Programa tenha mais de 14 anos e já tenha atendido a mais de 3 milhões de pessoas, segundo Tufani, faltam pesquisas que demonstrem os índices de aproveitamento do público que participa ou participou desse Programa.

Já Rummert e Ventura (2007), ao discorrerem sobre o PBA, defendem que ele apresenta pontos em comum com outros projetos federais de alfabetização, tais como o Programa Alfabetização solidária (PAS). Dessa forma:

O lançamento, em 2003, do programa Brasil Alfabetizado, com a apresentação de uma proposta nos moldes de campanha, desvinculada da educação básica, não superando o viés das ações anteriores, deixou os educadores progressistas perplexos pela recorrência do equívoco. Questionava-se, desde o início, seu caráter de campanha, as bases de sua concepção, análogas às de tantas iniciativas fracassadas já implementadas em outros períodos históricos – como o MOBRAL e o PAS – e a desconsideração de amplo conjunto de trabalhos que evidenciam as fragilidades e limites de tais iniciativas. Diálogos entre a SECAD e especialistas da área, ao longo do período de implementação do Brasil Alfabetizado, resultaram em algumas alterações no Programa. Entretanto, os ajustes e tentativas de acerto têm se limitado a aprimoramentos de uma mesma lógica, sem que se rompa com os fundamentos da concepção de programa emergencial que o estrutura. (RUMMERT; VENTURA, 2007, p. 36)

Ainda segundo as autoras, esse Programa separa o governo de um "compromisso com a consolidação da EJA nos sistemas públicos de ensino" (*Ibidem*), pois ocorre uma ausência de compromisso com uma alfabetização contínua interligada com as políticas públicas que busquem "assegurar o acesso universal dos jovens e adultos ao Ensino Fundamental e Médio na modalidade de EJA" (RUMMERT; VENTURA, 2007, p. 36).

Para as pesquisadoras, o PBA constitui-se em apenas mais uma tentativa ineficaz de reduzir significativamente o número aproximado de 15 milhões de analfabetos brasileiros em pleno século XXI. Prova disso foi o valor investido de R\$ 330 milhões entre os anos de 2003 a 2005, que só reduziu o número de analfabetos em 0,3%. Logo, "constitui-se, assim, em mais um entre muitos processos de distribuição de ilusões relativas ao âmbito da educação empreendido pelas forças dominantes em atendimento à permanente necessidade de construção e manutenção de hegemonia" (*Ibidem*).

Ainda de acordo com Rummert e Ventura, não há uma consideração pelo "contexto socioeconômico e cultural dos jovens e adultos da classe trabalhadora" (*Ibidem*, p. 37). Essa observação das autoras, então, contradiz o que preconiza o documento que delineia os princípios, diretrizes, estratégias e ações de apoio do Programa (BRASIL, 2011). Assim, não se pode afirmar que, na prática, ele vá ao encontro da pedagogia freireana, já que Freire (1987) defendia um saber baseado nas experiências e vivências dos discentes.

Conforme as autoras, em pleno século XXI, as técnicas utilizadas para combater o analfabetismo ainda são seletivas e por isso acabam "mantendo uma parcela significativa da população à margem do processo de escolarização, substituído por mecanismos de certificação" (*Ibidem*, p. 41). Portanto, evidencia-se outra diferença em relação à proposta de Freire, que acreditava numa educação em que o aluno não fosse impulsionado e motivado apenas a conquistar um diploma, mas que lhe ajudasse a tornar-se um cidadão consciente e crítico de seus direitos e deveres em sociedade.

Rummert e Ventura, portanto, chegam à seguinte conclusão:

O reconhecimento da EJA como modalidade de educação básica ganha espaço no plano formal, porém isto não tem sido traduzido no plano político concreto. Embora dados apresentados pelo MEC apontem para a ampliação do atendimento e para os aumentos no orçamento do MEC para EJA, a atuação do Governo Federal continua predominantemente centrada nos números grandiosos de um programa como o Brasil Alfabetizado, cujos resultados estão, como vimos, longe do anunciado. Essa constatação aponta para o fato de que não dispomos, até hoje, de políticas que superem ações de governo implementadas a partir de objetivos e critérios discutíveis e se consolidem como políticas de Estado. Estão, assim, longe de ser atingidos objetivos como a superação de déficits quantitativos e qualitativos da EJA nas redes públicas, bem como da necessária isonomia no que tange ao financiamento público das diversas modalidades e etapas da educação básica (RUMMERT E VENTURA, 2007, p. 41-42).

Enquanto Tufani (2016) afirma que alguns princípios de PBA precisam ser revistos, Rummert e Ventura demonstram indignação pelo fato de o PBA ser apenas uma sutil "inclusão social" (RUMMERT; VENTURA, 2007, p. 42).

Dessa forma, é possível entender que, para realmente haver uma alfabetização de qualidade na EJA, devem ser adotadas, de fato, políticas públicas educacionais que levem em consideração que a alfabetização não pode estar limitada à codificação e à decodificação ou apenas à certificação, mas deve promover a formação cidadã crítica, conforme defendia Paulo Freire. Além disso, deve tomar a bagagem cultural, o conhecimento prévio dos alunos como base.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve, como objetivo, destacar a importância da pedagogia freireana e mostrar algumas de suas concepções de educação e sua metodologia para a alfabetização de jovens e adultos. Buscou trazer à baila o trabalho de Paulo Freire e sua contribuição, não só para a EJA, mas para a educação do Brasil e de vários outros países. Freire foi mais que um

educador brasileiro, foi um educador para o mundo. Respeitado e, muitas vezes, requisitado por governos de outros países, sua metodologia de trabalho inspirou outros educadores. Seus livros são reeditados periodicamente e continuam atuais.

Baseando-se nas ideias de Freire, pode-se afirmar que a leitura e a escrita são fundamentais para um exercício de cidadania plena. Então, a escola deve desenvolver essas habilidades nos educandos por possuir, dentre suas principais atribuições, a formação de um cidadão crítico, consciente e participativo.

Este trabalho também procurou analisar brevemente ações federais de alfabetização desenvolvidas após a Campanha Nacional de Alfabetização organizada por Freire, comparando os pressupostos delas com a perspectiva freireana. Dessa forma, foi possível perceber, nessas ações, distanciamentos em relação às propostas do educador e descontinuidade nas políticas educacionais devido às mudanças nos governos.

Ao término deste estudo, um fato fica ainda mais evidente: a essencialidade da alfabetização, na educação de jovens e adultos, pautada na perspectiva freireana para a melhor inserção e participação desses indivíduos na sociedade e políticas públicas que garantam a qualidade do processo ensino-aprendizagem.

Ainda que usemos outras expressões como “perspectiva freireana”, a expressão “Método Paulo Freire” transformou-se numa referência para o mundo, como educação humanizadora, crítica, democrática, prática educativa progressista e outras definições que remetem a uma educação que utiliza o diálogo como meio de construção do aprendizado. Este diálogo fornece conscientização social e política, abrindo uma oportunidade para aqueles que Freire chamou de oprimidos. Esse é o “método de conhecer” de Paulo Freire, que utiliza a educação como prática para liberdade!

REFERÊNCIAS

BELUZO, M. F; TONIOSSO, J. P. O Mobral e a alfabetização de adultos: considerações históricas. *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade*, Bebedouro-SP, p. 196-209, 2015. Disponível em: <<http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/35/06042015200716.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Brasil Alfabetizado*. s.d. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-alfabetizado>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

_____. Ministério da Educação. *Princípios, diretrizes, estratégias e ações de apoio ao Programa Brasil Alfabetizado*: elementos para a formação de coordenadores de turmas e de alfabetizadores. Brasília, DF, abr. 2011. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-alfabetizado>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

_____. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CEB 11/2000)*. Brasília, maio 2000a.

_____. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CEB Nº 1*, de 5 de julho de 2000. Brasília, 2000b.

_____. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os artigos 39 e 42 da Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 18 abr.1997.

_____. *Decreto nº 99.519*, de 11 de setembro de 1990. Institui a Comissão do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99519.htm>. Acesso em: 23 mar. 2018.

CHRISTOFOLETTI, E. Educação popular e educação de adultos. *Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente*, n. 9, v. 1, p. 1-23, set. 1997.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

GADOTTI, M. *MOVA, por um Brasil Alfabetizado*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008. (Série Educação de Adultos 1)

_____. Paulo Freire. In: ____ (org.). *A voz do biógrafo brasileiro: a prática à altura do sonho. Uma bibliografia*. São Paulo: Cortez/ Instituto Paulo Freire / UNESCO, 1996. p. 69-110.

LIMA, L. de O. *Tecnologia, educação e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MACHADO, M. M. A trajetória da EJA na década de 90 – políticas públicas sendo substituídas por “solidariedade”. s.d. p. 1-18. Disponível em: <http://forumeja.org.br/gt18/files/MACHADO.pdf_2_0.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2018.

MADEIRA, V. de P. C. O desafio fundamental do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania - PNAC. *Rev. Em Aberto*, Brasília, ano 10, n.50/51, p. 56-65, abr.-set. 1992. Disponível em: < <http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1813/1784>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

MARQUES, B. C.; RUBIO, J. de A. S. O processo de alfabetização de jovens e adultos. *Revista Eletrônica Saberes da Educação*, v.3, n. 1, p.18. 2012.

RUMMERT, S. M; VENTURA, J. P. Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade - considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. *Educar em Revista*, n. 29, p. 29-45, 2007.

TRAVERSINI, C. S. *Programa Alfabetização Solidária: o governo de todos e de cada um*. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre: 2003. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13257/000370932.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

TUFANI, C. O Programa Brasil Alfabetizado: uma pequena introdução e possíveis áreas de pesquisas. *International Policy Centre for Inclusive Growth*, 59, p. 1-4, dez. 2016. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/policy-research-brief-59-o-programa-brasil-alfabetizado-uma-pequena-introducao-e-possiveis-areas-de-pesquisa>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

VENTURA, J. P. As relações entre trabalho e educação de jovens e adultos: elementos para a reflexão sobre a perspectiva conformadora e o potencial emancipador. s.d. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.catedraunescoejja.com.br/GT02/COM/COM019.pdf>>. Acesso em 23 mar. 2013.